

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E ENERGIA

Gabinete do Secretário de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza

Despacho n.º 11709/2014

O Comité das Políticas de Desenvolvimento Territorial da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) e respetivos grupos de trabalho constituem importantes fóruns internacionais de reflexão e debate sobre o desenvolvimento regional, a competitividade regional, as políticas territoriais nas zonas urbanas, o desenvolvimento rural, a governança aos vários níveis e as estatísticas e indicadores regionais.

Neste Comité, para além da apresentação e debate de estudos especializados no domínio da política territorial, os trabalhos centram-se na apresentação e análise de casos de políticas de desenvolvimento territorial de âmbito nacional, regional ou de cidade, bem como de competitividade dos territórios, com vista à elaboração de princípios e recomendações, a integrar nas políticas de território.

Assim, e considerando a necessidade de Portugal continuar a assegurar a representação neste Comité, nomeio o Professor Doutor Rui Manuel Amaro Alves, Diretor-Geral do Território, representante nacional no Grupo das Políticas Territoriais em Áreas Urbanas e membro da delegação nacional no Comité das Políticas de Desenvolvimento Territorial da OCDE.

10 de setembro de 2014. — O Secretário de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza, *Miguel de Castro Neto*.
208093791

Agência Portuguesa do Ambiente, I. P.

Declaração de retificação n.º 941/2014

Retifica o aviso (extrato) n.º 9325/2014, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 156, de 14 de agosto de 2014

Por ter sido publicado com inexatidão o aviso (extrato) n.º 9325/2014, inserto no Diário da República, 2.ª série, n.º 156, de 14 de agosto de 2014, retifica-se que onde se lê «Meurier» deve ler-se «Meunrier».

12 de setembro de 2014. — O Presidente do Conselho Diretivo, *Nuno Lacasta*.
208092657

Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território

Declaração de retificação n.º 942/2014

1 — Ao abrigo do disposto nos artigos 35.º e 37.º do Código do Procedimento Administrativo e nos n.ºs 2 e 4 do artigo 9.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, republicada no anexo B da Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, no uso de competências próprias, autorizo os chefes de Equipa Multidisciplinar José Diniz Mendes Freire e Ana Cristina Jorge Branco a assinarem a correspondência e o expediente necessários à gestão das áreas de intervenção por si coordenadas.

2 — Mais determino a retificação da alínea g) do n.º 1.1 do despacho n.º 11414/2014, de 11 de setembro, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 175, de 11 de setembro de 2014, nos seguintes termos: onde se lê «alínea g) do n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 276-B/2007, de 31 de julho» deve ler-se «alínea c) do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 23/2012, de 1 de fevereiro».

12 de setembro de 2014. — O Inspetor-Geral, *Nuno Miguel Soares Banza*.
208091133

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DO MAR

Direção-Geral de Política do Mar

Despacho n.º 11710/2014

Em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que aprova a Lei Geral do

Trabalho em Funções Públicas (LTFP), torna-se público que, na sequência do procedimento concursal comum aberto pelo aviso n.º 4051/2014, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 59, de 25 de março de 2014, para preenchimento de um posto de trabalho do mapa de pessoal da Direção-Geral de Política do Mar, foi celebrado um contrato de trabalho na carreira/categoria de assistente técnica, em regime de contrato em funções públicas por tempo indeterminado com a trabalhadora Andreia Filipa Solda Ramos, com a remuneração correspondente à 2.ª posição remuneratória e ao nível remuneratório 7 da tabela remuneratória única, com início em 1 de agosto de 2014, iniciando-se também nesta data o período experimental de 120 dias.

Para os efeitos previstos no artigo 46.º da LTFP e no artigo 20.º, n.ºs 2 e 3, da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, o júri tem a seguinte composição:

Presidente — Isabel Maria Tavares Ribeiro Esteves, chefe de divisão de Apoio Jurídico, Financeiro e Administrativo.

Vogais efetivos:

Sérgio Filipe Santos Nota Moreira, técnico superior da Divisão de Apoio Jurídico, Financeiro e Administrativo, que substitui a presidente do júri nas suas faltas e impedimentos.

Maria Alexandra Ferreira Lopes Pinto dos Santos, técnica superior da Divisão de Apoio Jurídico, Financeiro e Administrativo.

Vogal suplente — Rosa Maria Fernandes Salgado, assistente técnica do Gabinete da Direção.

29 de agosto de 2014. — O Diretor-Geral, *João Fonseca Ribeiro*.
208092284

Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos

Despacho n.º 11711/2014

Ao abrigo do disposto no n.º 4 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de agosto, 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril e 64/2011, de 22 de dezembro, determino, a seu pedido, a cessação do exercício de funções, em regime de substituição, no cargo de direção intermédia do 1.º grau, da Diretora de Serviços de Administração Geral, licenciada Maria Teresa Guerreiro Núncio.

O presente despacho produz efeitos a partir de 15 de setembro de 2014.

12 de setembro de 2014. — O Diretor-Geral, *Miguel Sequeira*.
208091896

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Gabinete do Ministro

Louvor n.º 467/2014

Tendo Monsenhor Vítor Feytor Pinto concluído 31 anos de atividade ligada à Pastoral da Saúde da Igreja Católica, dos quais 28 anos como coordenador nacional, considero ser da mais elementar justiça expressar público louvor e o meu pessoal apreço.

Monsenhor Vítor Feytor Pinto é uma personalidade maior da nossa sociedade e do nosso tempo, estando o seu percurso ativamente ligado à saúde.

Foi Alto-Comissário para o Projeto Vida (luta contra a toxicod dependência), tendo assumido as responsabilidades de assistente diocesano da Associação de Médicos Católicos Portugueses e da Associação Católica de Enfermeiros e Profissionais de Saúde. Dirigiu o Sector da Pastoral da Saúde na diocese de Lisboa. Coordenou a Pastoral da Saúde e integrou o Conselho Pontifício para os Profissionais da Saúde, o Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida e a Comissão de Ética para a Investigação Clínica.

A nível internacional, foi consultor do Conselho Pontifício para a Pastoral da Saúde, assistente da Federação Internacional das Associações de Médicos Católicos e coordenador das Capelanias Hospitalares na Europa.

Defendeu sempre a importância do trabalho da Igreja na área da saúde, onde deixou uma marca essencial de disponibilidade e simplicidade. Tendo assumido o setor das Capelanias Hospitalares em 1982, optou pela sua integração numa pastoral mais abrangente, a Pastoral da Saúde. Passou-se, deste modo, da perspetiva do “cuidar dos doentes” para o acompanhamento dos doentes em sofrimento e a prevenção da doença,